



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

de Oliveira, Ramon

Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX
Revista Brasileira de Educação, vol. 18, núm. 54, julio-septiembre, 2013, pp. 629-646
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27528783006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX*

RAMON DE OLIVEIRA
Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Neste texto objetivamos analisar as demandas por qualificação profissional de empregadores e trabalhadores do Recife, a partir da segunda metade do século XIX, tempo do início do processo de urbanização e ampliação da oferta de bens e serviços na cidade.

No conjunto dos trabalhos sobre história da educação (Ribeiro, 1998; Romanelli, 2001; entre outros), poucos são os dedicados à análise do século XIX e, entre eles, mais raros ainda são os dedicados à história da educação profissional brasileira.

As obras de Celso Suckow da Fonseca (1986a, 1986b) e de Luis Antônio Cunha (2000a, 2000b) são fundamentais para conhecermos as origens do “sistema” brasileiro de educação profissional e a participação do poder público nessas ações. No entanto, não se propuseram a fazer uma análise da demanda dos empregadores por trabalhadores qualificados e ações destes visando garantir sua qualificação.

Grosso modo, essas análises restringem-se a dizer que, em virtude da grande oferta de mão de obra escrava e de a economia brasileira ser basicamente agroexportadora, não se demandava ou não se justificava um investimento maior em ações de qualificação. Em síntese, há uma lacuna no que diz respeito a articular

* Este texto é uma versão ampliada de trabalho apresentado na 34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em outubro de 2011, no Grupo de Trabalho Trabalho e Educação (GT-09).

as ações de qualificação profissional, sejam públicas ou privadas, com as cobranças ou demandas dos empregadores e trabalhadores, principalmente no momento em que o país, em particular a cidade do Recife, começava a dar sinais de urbanização.

Em síntese, os textos citados e também os de Silvia Maria Manfredi (2002) e Luiz Antônio Franco (1984), embora tenham lacunas que nos estimularam a realizar esta pesquisa,¹ demonstram o quanto a história da educação profissional no Brasil esteve desarticulada de um movimento de valorização do ser humano e muito menos teve um caráter emancipatório, como alguns defendem na atualidade (Frigotto *et al.*, 2005; Kuenzer, 2002; entre outros).

Do ponto de vista dos trabalhos historiográficos sobre Pernambuco durante o século XIX, encontramos semelhantes lacunas. Nesse sentido, tanto as abordagens clássicas acerca do desenvolvimento histórico, urbano e industrial do estado no período (Castro, 1948; Eisenberg, 1977; Freyre, 1951; Melo, 1977; Perruci, 1978; Reis Filho, 1968), quanto as análises mais recentes (Bernardes, 1996; Carvalho, 1998; Rezende, 1987), embora sejam bastante produtivas no que diz respeito à caracterização econômica da província, pouco nos informam acerca das relações existentes entre essa caracterização, as exigências/demandas por qualificação profissional e a oferta de serviços educacionais especializados.

Essas lacunas nos colocaram diante de duas questões que nortearam a investigação:

1. Quais foram as demandas por qualificação profissional de empregadores e trabalhadores na segunda metade do século XIX na cidade do Recife?
2. Quais mecanismos de qualificação profissional foram utilizados pelo estado visando atender às necessidades de qualificação da mão de obra existente na cidade do Recife?

Para responder a essas questões, estruturamos o processo metodológico da pesquisa com base no levantamento de documentação disponível no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), na Fundação Joaquim Nabuco, ambos em Recife/PE; e no Arquivo Público Nacional e na Biblioteca Nacional, aqui, instituições na cidade do Rio de Janeiro/RJ:

- Jornais recifenses em circulação no período de 1850 a 1889, mais especificamente o *Diário de Pernambuco*, em circulação desde 1825;
- Documentos de associações patronais atuantes na cidade entre 1850 e 1889;

1 Projeto de pesquisa intitulado Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. Integrantes: Ramon de Oliveira e Adriana Maria Paulo da Silva. Financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- Publicações de associações de trabalhadores reconhecidamente organizadas e atuantes na cidade entre 1850 e 1889;
- Documentos de governo versando sobre o desenvolvimento econômico do estado de Pernambuco e da cidade do Recife, notadamente, os apresentados no *Relatório do Presidente de Província de Pernambuco* (RPPPE).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A “QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL”

Não faltam exemplos de como a qualificação profissional tem sido alvo de atenção de vários setores da sociedade e do meio acadêmico. Uma grande quantidade de trabalhos foi produzida por pesquisadores da área de educação, da sociologia do trabalho, da economia, entre outras, a maioria tendo como referência as consequências da emergência da produção flexível e a sua exigência de um novo perfil técnico e comportamental dos trabalhadores (Deluiz, 2004; Kuenzer, 1999; entre outros).

Em virtude das novas exigências decorrentes da reestruturação produtiva, afirmou-se o debate sobre a superação do taylorismo-fordismo e a emergência de novas demandas aos trabalhadores (Antunes, 1995; Harvey, 1996; Paiva, 1995). Especificamente na área de educação, diversas foram as reflexões sobre a qualificação profissional (Deluiz, 1995; Franco, 1998; Paiva, 1995; Shiroma; Campos, 1997; entre outros), bem como sobre a relação entre qualificação profissional e a emergência da pedagogia das competências, uma vez que esta última se afirmava como nova referência para o debate (Manfredi, 1998; Ramos, 2001; entre outros). Seria difícil enumerar todos os trabalhos referentes a essa temática atendo-nos às especificidades de cada um deles com relação à categoria “qualificação profissional”.

Embora o momento presente mostre-se fecundo em análises e discussões sobre a temática “qualificação”, principalmente em sua articulação às transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade brasileira e, principalmente, vendo-a no âmbito da reorganização do capitalismo, entendemos ser inadequado transpor para momentos muito distantes da atualidade conceituações sobre a qualificação profissional semelhantes às atuais. Em virtude da peculiaridade do momento histórico que foi alvo dessa investigação, assumimos a qualificação como sendo o “conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos pelo trabalhador para exercer uma atividade de trabalho”. Consideramos que este conjunto de habilidades é socialmente construído em diversos espaços de sociabilidade: escolas, fábricas, sindicatos, famílias, igrejas etc.

Essa conceituação da qualificação profissional nos permite extrapolar o âmbito dos processos de escolarização (ao mesmo tempo em que não nos impede de investigá-los) e articula-se à aquisição de saberes e fazeres socialmente avaliados independentemente de uma certificação formal emitida por uma instituição específica.

Pressupomos que as ações de “qualificação”, bem como seus resultados, não são neutros e nem apenas determinados pelo desenvolvimento tecnológico (Ferretti, 2004; Vitória, 2000).

Entendemos que a qualificação profissional, qual seja o momento histórico, é algo sempre em processo. Ainda que ela possa assumir contornos muito diferenciados e que os conteúdos exigidos e reconhecidos possam se modificar – com base nas necessidades postas pelo processo de trabalho –, a qualificação profissional é uma síntese de variáveis sociais, políticas e econômicas.

É concebendo o homem como sujeito que se constitui de forma contínua nas relações sociais que se pode pensar a qualificação profissional como uma construção social. É no interior das relações com a sociedade que o homem se forma e se prepara para o trabalho, que é a dimensão central da sua atividade como homem, pois é nesse momento que ele objetiva a sua relação com a sociedade [...]. A qualificação profissional assim pensada adquire uma dimensão na qual as relações de classe, as relações do indivíduo com as instituições da sociedade (escola, sindicatos, igrejas, etc.), com os demais homens e com sua própria história de vida se fazem presentes e são atualizadas a cada momento em que o trabalho se dá, por meio da subjetividade de cada um, que articula aspectos cognitivos, valorativos e comportamentais. (Kober, 2004, p. 36)

Pensamos a “qualificação” no século XIX como o conjunto de conhecimentos e habilidades cuja posse permitia aos trabalhadores da cidade do Recife reconhecerem-se e serem reconhecidos como aptos à realização de uma atividade, independentemente do local e da forma como essa capacidade foi desenvolvida. Ou seja, nosso entendimento de qualificação reporta-se a uma compreensão que se mostrava comum até um momento não muito distante:

Até algum tempo atrás, prevaleceu a noção de qualificação emanada do posto de trabalho. O indivíduo era considerado qualificado quando ele possuía o conjunto de habilidades que permitia o desempenho da tarefa ligada ao posto de trabalho. (*idem*, p. 24)

Assumir essa posição em relação à qualificação profissional não quer dizer que não temos consciência do amplo debate instituído sobre essa temática nas últimas décadas, nem que deixamos de considerar a contribuição e a importância de obras clássicas da sociologia do trabalho sobre a problemática da qualificação (Paiva, 1991). No entanto, pouco nos ajudaria enfrentar o debate construído pela sociologia francesa, em meados do século XX, para analisar o que de fato encontramos na cidade do Recife, na segunda metade do século XIX.

O RECIFE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A partir da segunda metade do século XIX, Recife vivenciou, tal qual outras cidades do Império do Brasil, notáveis melhoramentos urbanos, principalmente os relacionados à ampliação da quantidade de serviços, das técnicas sanitárias (esgotos domésticos), de transportes (as linhas de ferro e os vapores), de iluminação (a gás)

e de arborização (Eisenberg, 1977; Freyre, 1951; Neves; Machado, 1999; Parahym, 1978). Conforme a bibliografia, ocorreu a partir daquele período, e até a primeira década do século XX, uma crescente diversificação das atividades produtivas da cidade, “representada pela criação de indústrias locais, a maioria produtora de bens de consumo não duráveis, cujo suporte era o mercado local” (Bernardes, 1996, p. 49).

Para Gadiel Perucci (1978), predominava naquele período a atividade econômica de produção de derivados de cana, a qual contava para sua concretização no ano de 1854 com cerca de 532 engenhos. No entanto, vinte anos mais tarde, havia pelo menos 14 fábricas a mais. É tão verdade que o processo de industrialização só veio a estabelecer-se no final do século XIX que, de acordo com o próprio Perruci, ao final daquela época, o estado de Pernambuco já apresentava 113 empresas industriais instaladas, destacando-se entre elas: 56 ligadas ao extrativismo de produtos mineiros, 1 metalúrgica, 2 de transformação de minerais não metálicos, 1 de produção de óleo e gorduras vegetais, 4 empresas químicas e/ou farmacêuticas, 1 de roupa e calçados, 31 de produtos alimentícios, 2 de bebidas, 1 de produção e distribuição de eletricidade e gás e 1 de abastecimento de água e esgoto.

Importante observar que, desde o início do século XIX, Recife teve um crescimento demográfico muito além da sua capacidade de “ofertar” trabalho para um contingente populacional crescentemente desvinculado das atividades relacionadas ao campo (Carvalho, 1998; Singer, 1977; entre outros).

Esse crescimento relacionou-se, por um lado, à conhecida crise da agricultura agroexportadora decorrente da queda dos preços dos principais produtos regionais de exportação (açúcar, algodão e fumo). Por outro, relacionou-se também ao fortalecimento do paternalismo e patriarcalismo rural e urbano, fundamentados, inclusive, no sistema eleitoral imperial, cujo funcionamento (ratificava os interesses majoritários da manutenção do latifúndio e da escravidão) pressupôs a criação de relações de dependência entre senhores (candidatos) e homens livres (seus eletores) por meio do uso da terra (Alencastro, 1997, p. 21-22). Isso significava que os descontentamentos políticos frequentemente introduziam no Recife “levas” de moradores expulsos das fazendas.

Somaram-se a tais fatores as transformações tecnológicas e sociais ocorridas na zona açucareira com a disseminação dos engenhos a vapor, os quais, muito embora não tenham substituído os tradicionais banguês do dia para a noite, impuseram modificações nas relações sociais vigentes no campo e foram também um fator de expulsão de gente para a cidade e, consequentemente, de produção de um estoque de mão de obra livre. Ao mesmo tempo, a disseminação dos engenhos (origens dos modernos parques usineiros) contribuiu para a criação de um mercado de novos produtos, como cal, sacaria, veículos etc., e promoveu, por reverberação, a ampliação da produção de bens de consumo na cidade (Melo, 1977; Reis, 1977; Singer, 1977).

De acordo com os dados apresentados por Marcus Carvalho (1998), em 1856 Recife contava com 40.977 habitantes, número que expressa um crescimento próximo a 60% em menos de trinta anos, um fato espantoso para a época. Desse total, nada menos do que 81,19% da população era livre (30.270 habitantes).

No aspecto referente à educação, podemos observar que em 1850 a cidade contava com apenas 22 aulas públicas:² 13 de primeiras letras para meninos, 6 de mesmo nível para meninas e 3 pós-primeiras letras exclusivamente para meninos – entre estas o Liceu, que foi transformado em Ginásio Pernambucano em fins da década de 1850 (Silva, 2007).

Duas décadas depois, em 1872, de acordo com o resultado censitário apresentado pelo presidente da província, Farias Lemos (1828-1904), Recife possuía uma população de 118.478 pessoas, dos quais 15.280 eram escravos. Dessa população, 55.406 sabiam ler e 63.072 eram analfabetos.

Logo, nesta pesquisa analisamos as exigências e as demandas de qualificação profissional na cidade do Recife, em tempos de um vertiginoso crescimento populacional, de acelerada diversificação das atividades urbanas e abundância da mão de obra livre, a qual, por sempre ter sido mais numerosa que a oferta de postos de trabalho, deve ter criado diferentes estratégias para garantir sua sobrevivência no espaço urbano, entre elas, o exercício e o aprendizado de ofícios específicos (Libby; Furtado, 2006).

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO XIX

As obras de Celso Suckow da Fonseca e Luiz Antônio Cunha nos ajudam a entender como na história da educação profissional no Brasil prevaleceu, na sua oferta, o distanciamento do poder público. Ajudam-nos também a compreender que a falta de uma legislação sobre a educação profissional, durante muito tempo, decorreu das elites conceberem esta formação como mecanismo de controle da marginalidade, da assistência e da filantropia social.

Há uma persistência de a educação profissional ser algo constituído e voltado para as classes que demandam algum tipo de ação pública ou da sociedade com vistas à sua integração ou amparo social. Característica marcante na segunda metade do século XIX, como nos alerta Celso da Fonseca (1986a, p. 188):

Foi naqueles tipos de estabelecimentos que, no Brasil, o ensino de ofícios se uniu ao de matérias de cultura geral, entrando, assim, para o conjunto geral da instrução como um irmão pobre, levado pela mão dos humildes, dos fracos, dos pequeninos. Aliás, durante muito tempo, os relatórios de Presidentes de Província não incluíam as casas onde se ministrava o tipo de ensino a que nos estamos referindo, no capítulo correspondente à instrução pública. Aqueles estabelecimentos vinham referidos na parte que tratava das obras de caridade. Nem

2 Segundo Adriana Silva (2000, p. 127, nota 11): “[...] nas aulas o professor especializava-se numa única matéria como, por exemplo, matemática, latim ou inglês; enquanto que nas escolas podia ocorrer o ensino de todo o nível de escolaridade, como, por exemplo, as primeiras letras (que contavam com mais de uma matéria)”.

adiantava procurar-se, nos relatórios de Diretores de Instrução, das Províncias, em certo período monárquico, quaisquer referências ao ensino de ofícios, pois o assunto não era tratado, numa demonstração clara de que o consideravam mais de ordem assistencial do que, propriamente, educacional.

Se é verdade que a educação profissional ou a preparação para um ofício sempre foi relegada a segundo plano, não quer dizer que não tenha existido movimentos no sentido de criar algum tipo de legislação sobre ela ou incentivar uma intervenção maior do poder público nessa área.

Mesmo no início do século XIX, devemos lembrar que em 1809 D. João VI criou o Colégio das Fábricas, o qual objetivou atender à educação de aprendizes e artistas que estavam chegando de Portugal, atraídos pelas oportunidades de emprego em virtude da liberação das indústrias no Brasil, a partir de 1808. Logo depois, resgistra-se a criação da Companhia de Artífices, objetivando a satisfação da mão de obra demandada pelo Arsenal Real do Exército. Essa ação de D. João VI e pouquíssimas outras poderiam se caracterizar como destoando da mentalidade que prevaleceu durante todo o século XIX.

A essa mentalidade que podemos atribuir o crescimento tão diminuto do número de ações de qualificação profissional no período, ainda que possamos registrar, como nos mostrou Caio Prado Júnior (1973), um crescimento do parque industrial brasileiro, do comércio, do aumento do contingente populacional e a expansão do processo de urbanização, explicitado pelo aumento considerável da malha ferroviária, do avanço no sistema de transportes e do desenvolvimento da rede telegráfica etc.

Também devemos lembrar que o decreto n. 1.331-A, de fevereiro de 1854, assinado pela Sua Majestade D. Pedro II, regulava a instrução dos menores abandonados e deu o tom durante todo o século XIX da formação para um ofício profissional e para o público ao qual esta se destinava:

Art. 62 – Se em qualquer dos distritos vagarem menores de doze anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentar as escolas, vivam em mendicidade, o governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devam ser criados para esse fim com um regulamento especial. Enquanto não forem estabelecidas essas casas, os meninos poderão ser entregues aos párocos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos distritos, com os quais o inspetor geral, contratará, precedendo aprovação do governo, o pagamento mensal da soma precisa para o suprimento dos mesmos meninos.

Art. 63 – Os meninos que estiverem nas circunstâncias dos artigos antecedentes, depois de receberem a instrução de 1º grau, serão enviados para as companhias dos arsenais ou de imperiais marinheiros, ou para as oficinas públicas ou particulares, mediante contrato, neste último caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo de fiscalização do Juiz dos Órfãos. Aqueles, porém, que se distinguirem mostrando capacidades para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado à sua inteligência e aptidão. (*apud* Fonseca, 1986a, p. 151)

É importante destacar que a formação profissional recebeu um tratamento discriminatório não só em virtude de ser direcionada aos setores marginalizados socialmente, mas o desprezo pela preparação para um ofício expressou-se também pelas condições inadequadas nas quais essas atividades eram realizadas. Isso pode ser constatado pelo depoimento do presidente da província de Pernambuco quando sublinhou as precárias condições encontradas no Colégio dos Órfãos, em 1852, evidenciando o quanto a formação profissional só era pensada ou desejada para aqueles que efetivamente não dispunham de quase nenhuma perspectiva de uma futura inserção social:

O Collegio dos orphaos se achava em um estado lastimavel, quer no material, quer no pessoal, sentia-se alli a necessidade de grandes reformas: na visita que fiz á aquelle estabelecimento admirei os tristes resultados da incuria, descaso, e abandono, a que estava entregue o tratamento e educação dos desvalidos orphaos, de cuja sorte me compadeci: má casa, pessima roupa e um desaceio geral era o que alli se offerecia ás primeiras vistas; os meninos mal vestidos, pallidos e macilentes atestavão habitos de ociosidade, e desenvolvimento acanhado; desconhecião-lhes os exercicios e os prazeres da idade; dirse hia que o movimento da infancia estava substituido pela vida contemplativa da velhice. (Oliveira, 1852, p. 30)

Em Pernambuco, no ano de 1861, o diretor da Instrução Pública, Joaquim Portella (1827-1907), salientou o quanto se fazia necessário para a província a construção de escolas de formação profissional em três setores da economia: o industrial, o comercial e o agrícola. E, em 1866, o presidente João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912) foi enfático no posicionamento pela criação de escolas profissionalizantes, destacando que estas podiam contribuir não só para a melhoria da economia, como também no aspecto moral:

Entre um povo como o nosso, habitando uma zona extensissima de terras opulentas, e senhor dos mais ricos productos naturaes, é para deplorar que nada ou quasi nada se haja feito desde que nos emancipamos, para desviar as classes sociaes do pernicioso pendôr do funcionalismo e inclina-los ás artes úteis, aos officios de primeira necessidade, e sobretudo ao exercicio da agricultura, que deve ser naturalmente a nossa primeira fonte de riquesa.

Uma ou mais casas de educação que vós decretasseis neste sentido, além de proveito moral que trouxessem, poderiam aumentar consideravelmente as forças productivas da província e com ellas os recursos do Estado e dos indivíduos. (Paranaguá, 1866, p. 30)

Registra-se no ano de 1871 uma posição muito mais elaborada em relação à formação profissional, especificamente a agrícola. Para o presidente da província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (1829-1899), muitos problemas afetavam a agricultura, no entanto a falta de braços e a dificuldade de substituição da mão de obra escrava pelo trabalhador livre era um dos desafios da economia agrícola. Mas

para o presidente a solução não era apenas encontrar uma nova força de trabalho disponível. O fundamental era o perfil dessa força de trabalho. E foi exatamente quando se discutiu essa questão que apareceu sua argumentação em defesa da criação de uma escola profissional agrícola:

Fallo perante uma assembléa muito illustrada para ter necessidade de demonstrar as preciosas vantagens da instrucção profissional na industria mais generalizada do paiz.

As applicações da agronomia, como das sciencias naturaes, não se aprendem no gabinete, nem se alcançam em lições theoricas sem grandes e frequentes exercícios. A escola pôde ensinar para saber-se ou ensinar para executar-se. No primeiro caso bastam as explicações e os livros, mas para executar é indispensavel a pratica em lugares especiaes, onde os preceitos da sciencia e os conselhos da experienzia se alliem na demonstração material dos seus resultados.

O ensino agricola exige, pois, como condição indispensavel um campo de observações e de exercícios frequentissimos.

Não pôde haver função technica sem educação profissional, nem se comprehende a educação profissional sem escolas ou instituto. (Albuquerque, 1871, p. 37)

Embora a posição registrada atenha-se especificamente ao ensino agrícola, é necessário destacar que o presidente não defendia a instrução profissional apenas para a atividade agrícola. Em outra passagem, ele deixou evidenciado o quanto era importante serem destinados recursos para a ampliação de espaços voltados à instrução profissional, pois isso representava a possibilidade de os trabalhadores avançarem economicamente e melhor desempenharem sua profissão, para a qual o ensino profissional era fundamental.

Nos relatórios dos presidentes da província de Pernambuco, somente em 1876 apareceu o item “Instrução profissional e technica” como fazendo parte da instrução pública. No entanto, essa presença não foi constante. Predominou, mesmo a partir desse momento, a referência às atividades de formação para um ofício como parte de ações assistencialistas. Daí a importância que se dava nos relatórios às atividades desenvolvidas na Colônia Isabel, que representava a maior instituição voltada ao abrigo de órfãos da província.

Enquanto ação concreta do poder público, registra-se que em 1874 o presidente Henrique Pereira e Lucena (1835-1913), percebendo que a falta de mão de obra dificultava o desenvolvimento industrial da província de Pernambuco, realizou acordos com pequenas indústrias para que estas se responsabilizassem pelo preparo do pessoal para as suas próprias atividades.

Em 1880, após vários anos de espera, foi criado o Liceu de Artes e Ofícios, mantido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, que oferecia aulas de desenho, música, pintura, marcenaria, arquitetura, aritmética e alfabetização. Por ser um estabelecimento de formação profissional destinado a todas as pessoas da província de Pernambuco, independentemente da classe social à qual o indivíduo

pertencesse, essa foi uma das diferenças gritantes existente entre o Liceu de Artes e Ofícios e outros estabelecimentos de ensino. Afinal, esses estabelecimentos eram voltados aos desvalidos da sorte, crianças ou jovens abandonados pelos pais, órfãos, ou oriundos de famílias muito pobres (Fonseca, 1986b).

DEMANDAS POR TRABALHADORES E EMPREGOS NA IMPRENSA PERNAMBUCANA

Após a análise de milhares de anúncios de empregos no *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1850 e 1889, observamos que a maioria das ofertas de emprego se referia às atividades de cunho doméstico.

Os registros que colhemos deixam claro que, naquele momento, na cidade do Recife, não havia movimento de ampliação dos requisitos para o exercício das atividades profissionais. As profissões que apareciam nos jornais eram fundamentalmente manuais e os critérios de contratação baseavam-se no “saber fazer” e em elementos morais, tais como a conduta e os bons costumes.

De uma forma geral, podemos constatar, pela análise dos anúncios, que não havia por parte dos empregadores que recorriam aos jornais uma cultura de estabelecimento de rígidas exigências no momento da contratação de algum trabalhador. A exigência maior vinculava-se a questões de ordem moral ou comportamental, uma vez que no âmbito do exercício da atividade laboral não havia muitos critérios a serem estabelecidos, pois as ocupações, em sua maioria, vinculavam-se às atividades que demandavam um conhecimento pouco específico e de desnecessária preparação profissional.

A pequena quantidade de atividades de cunho industrial parece ter sido determinante para que o perfil das profissões demandadas, bem como da oferta de trabalhadores, tivesse, em toda a segunda metade do XIX, certo movimento de inércia, não sendo identificado um momento específico no qual houvesse uma modificação na demanda patronal.

Eram comuns anúncios que estabecessem algum tipo de critério para a contratação. Especificar se deveria ser escravo ou forro, fazer referência à idade, à condição civil, se tinha prática ou conhecimento específico, fazer referência à conduta etc., eram itens que caracterizavam os anúncios da época. Normalmente havia pelo menos uma referência ao indivíduo, mesmo que tal referência não tivesse nenhuma relação direta com a atividade a ser executada.

Precisa-se de um cozinheiro que seja *solteiro*: a tratar no largo da Ribeira nº 9.
(*Diário de Pernambuco*, 17/2/1870)³

3 Grifos meus em todas as citações extraídas do *Diário de Pernambuco*.

Precisa-se de um feitor, que seja *trabalhador e fiel*, para um sítio: quem estiver nestas circunstâncias, dirija-se à rua da Assunção nº 36, ou ao Geguiá, defronte do engenho, no sítio da Sra. D. Archangela. (*Diário de Pernambuco*, 22/4/1851)

Precisa-se de um bom feitor para engenho, *casado e com pouca família*: na Rua da Cadeia do Recife nº 56. (*Diário de Pernambuco*, 2/2/1870)

Da mesma forma que os empregadores faziam referências a características que nenhuma relação tinham com a atividade a ser desenvolvida, aqueles que se ofereciam também tinham a clareza de que não bastava anunciar seu conhecimento ou sua prática. Era necessário registrar alguma característica, com a qual ele precisava ou queria ser reconhecido, além do conhecimento do ofício:

Uma mulher *pobre e honesta*, se propõe a ensinar meninas por preço cômodo, como bem costurar, ler, escrever; e admite também escravas. Quem de seu préstimo precisar pode dirigir-se a rua do Fogo, casa onde tem o lampião novo. (*Diário de Pernambuco*, 24/4/1851)

Uma moça *solteira*, que se acha em companhia de seus pais com todo *recato e honestidade*, propõe-se a ensinar ler, escrever, contar, gramática universal, música, doutrina cristã, cozer, fazer lavarinto, bordar, marcar por diferentes modas e fazer flores, recebendo também discípulas internas: as pessoas que de seu préstimo se quiserem utilizar, dirijam-se à rua Direita, sobrado nº 73, segundo andar. (*Diário de Pernambuco*, 18/1/1851)

Por mais que fossem apresentados critérios os mais distintos possíveis, a exigência da prática ou da capacidade de realizar a atividade com competência aparecia em boa parte dos anúncios.

Como não havia nenhuma certificação profissional para tal conhecimento, cabia ao próprio indivíduo afirmar seu potencial de realização da incumbência demandada ou apresentar a referência de algum empregador anterior. Os termos e a forma de exigir tal capacidade podiam ser diferentes, mas apontavam sempre na mesma direção.

Uma situação muito comum era aquela na qual o anúncio não obrigatoricamente fazia referência à prática, mas era objetivo ao exigir do empregado que esse tivesse conhecimento. O uso de termos como *saber, entender, ter conhecimento, fazer com perfeição* eram muito utilizados.

Precisa-se de uma ou duas mulheres para o serviço interno de uma casa de família, exige-se que saibam cozinar, que sejam de boa conduta e que dêem fiador a suas capacidades: paga-se bem e assegura-lhes bom tratamento: na rua da Cadeia de Santo Antônio, sobrado nº 25, primeiro andar. (*Diário de Pernambuco*, 15/1/1851)

Cozinheiro: Precisa-se de um cozinheiro, livre ou escravo e *que entenda de sua arte*: no largo do Corpo Santo nº 19, 1º andar. (*Diário de Pernambuco*, 5/2/1870)

Uma segunda situação também comum, mas em menor número, era aquela em que se adjetivava o profissional (bom, perfeito, excelente etc.) ou então aquela que lhe atribuía um conhecimento incontestável (habilitado, perito etc.).

Precisa-se de *um bom cozinheiro* para uma casa de família estrangeira: a tratar na rua do Trapiche nº 3. (*Diário de Pernambuco*, 14/2/1851)

Precisa-se de um *perfeito cozinheiro* de boa conduta, tratar na Rua Marques de Olinda nº 35. (*Diário de Pernambuco*, 5/1/1880)

No entanto, o mais comum era, exatamente, fazer-se referência à prática:

Precisa-se de um caixeiro *que tenha bastante prática* de ferragens e miudezas: na rua Nova nº 20, se dirá quem precisa. (*Diário de Pernambuco*, 17/2/1851)

Precisa-se de um menino para caixeiro: na rua do Pilar, venda nº 143, preferindo-se *que tenha alguma prática*. (*Diário de Pernambuco*, 27/2/1851)

Essas características apresentam-se também nos anúncios formulados pelos próprios trabalhadores. Ou seja, aquilo que era referência para os empregadores era também utilizado pelos trabalhadores ou pelos proprietários de escravos.

Um preto forro, *perito cozinheiro* se oferece para cozinheiro de qualquer casa nacional ou estrangeira: quem precisar do seu serviço apareça na rua da Cruz nº 4. (*Diário de Pernambuco*, 11/2/1861)

Feitor: oferece-se um homem *muito habilitado* a trabalhar como feitor de engenho: a tratar na Rua da Roda nº 48. (*Diário de Pernambuco*, 12/2/1870)

Oferece-se um rapaz brasileiro para ensinar meninos fora da praça ou em qualquer engenho, *do qual tem bastante prática* em primeiras letras e língua nacional: qualquer pai de família que de seu préstimo se quiser utilizar, dirija-se à rua Estreita do Rosário nº 11, ou anuncie. (*Diário de Pernambuco*, 16/4/1851)

Predominava, como requisito fundamental para contratação, a exigência de uma vida profissional moralmente correta. Na maioria dos casos, esse requisito vinha articulado a diversas outras exigências.

Impunha-se que a pessoa pudesse dar prova de boa conduta e de comportamento abonado, tanto na realização da atividade solicitada, ou em outras atividades de trabalho, quanto na sua vida pessoal.

No âmbito dessa situação, encontramos anúncios que apenas diziam que o trabalhador deveria ter boa conduta, mas não se cobrava quem a afiançasse. Na mesma lógica, havia os anúncios de pessoas se ofertando, bem como de donos de escravos que os ofertavam na forma de aluguel ou de venda e que faziam questão de

register que os sujeitos apresentavam boa conduta. Nesse último caso, na prática, representava já uma fiança ao comportamento dessas pessoas:

Precisa-se alugar uma Ama de leite *de bons costumes* e que não tenha filhos: na Rua dos Guararapes nº 50, em Fora de Portas. (*Diário de Pernambuco*, 12/1/1861)

Precisa-se de uma cozinheira de *boa conduta* para casa de família. Dirija-se ao n. 5 do comércio, 1º andar, escritório da frente, entre 9 da manhã e 4 da tarde. (*Diário de Pernambuco*, 3/1/1888)

Ter boa conduta também podia ser sinônimo de não possuir vícios. O que, provavelmente, significava não consumir bebida alcoólica em demasia.

Em meio aos anúncios, é possível encontrar, embora em número quase desprezível, registros de pessoas que, ao procurarem alguém para ocupar as atividades tipicamente voltadas para escravos ou ex-escravos, direcionavam seu interesse para estrangeiros ou brancos.

Oferece-se uma mulher *branca* para tomar conta de uma casa de homem solteiro: a tratar no beco do Abreu nº 4, primeiro andar. (*Diário de Pernambuco*, 21/5/1851)

Precisa-se de uma estrangeira, dá-se bom ordenado: na rua do Apollo nº 30, ou na rua da Palma nº 41. (*Diário de Pernambuco*, 20/2/1861)

Saindo um pouco da discussão referente à cor ou ao estatuto jurídico, percebemos, ao analisar os anúncios coletados, que os empregos de caixeiros foram, em diversos casos, a porta de entrada para muita gente ingressar no mercado de trabalho. Para os indivíduos provenientes da população mais pobre, era uma espécie de primeiro passo no mundo do trabalho. Em Recife, essa atividade era exercida por meninos de pouca idade. Se considerarmos que os anúncios de caixeiros, além de especificarem a pouca idade, também exigiam alguma prática, é possível acreditar que crianças ainda pequenas já estavam vinculadas a essa atividade laboral. Vejamos mais anúncios:

Precisa-se de um *menino de 12 a 14 anos*, que tenha prática de vendas, ou sem ela, que dê fiador à sua conduta, preferindo-se que não tenha pais, e que saiba ler e escrever: no Pátio de São Pedro, venda nº 1. (*Diário de Pernambuco*, 6/2/1851)

Precisa-se de um pequeno para caixeiro de vendas, *de 10 a 12 anos*, que tenha alguma prática do mesmo negócio, sendo preferido de fora da cidade, e que Dê fiador à sua conduta: na rua de Hortas nº 52. (*Diário de Pernambuco*, 7/1/1851)

Embora a atividade para caixeiro fosse predominantemente direcionada para pessoas de pouca idade, observa-se que havia por parte dos empregadores certa discriminação em relação à população nativa, aparecendo em muitos anúncios

a preferência por trabalhadores estrangeiros, ainda que não fosse apresentado no anúncio o motivo por tal preferência. Em virtude de a população pernambucana ser predominantemente analfabeta,⁴ acreditamos, em princípio, que tal atitude teria como explicação a possibilidade de contratar pessoas que já tivessem domínio da leitura, da escrita e que fossem capazes de fazer contas. No entanto, é importante destacar que encontramos mais anúncios de pessoas que mostravam ter essas competências do que empregadores fazendo tal solicitação.

A presença maior de anúncios correspondentes à oferta de pessoas que sabiam ler e escrever, em relação aos anúncios de empregadores, nos leva a crer que eram poucos os patrões que achavam ser necessário possuir essas habilidades para o desempenho da tarefa de caixeiro, muito mais importante deveria ser a esperteza e a honestidade. Quando o empregado apresentava tal capacidade, terminava por ser direcionado para as atividades ligadas à escrituração contábil. Mas também não é de se desconhecer que aqueles que já detinham esse conhecimento ofertavam-se para as atividades de escrituração ou de contabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto relatamos os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as práticas de empregadores e trabalhadores do Recife voltadas às ações de qualificação profissional na segunda metade do século XIX, período no qual o Recife estava em seu processo inicial de urbanização. Também analisamos as ações que o poder público desencadeou buscando dar conta de necessidades surgidas em virtude do início do processo de industrialização.

Ao desenvolvermos a investigação, notadamente utilizando como fontes os relatórios dos presidentes da província, bem como anúncios de empregos contidos no *Diário de Pernambuco*, além de uma bibliografia específica, pudemos constatar que o processo de urbanização recifense, bem como da província de Pernambuco, não implicou uma mudança rápida no referente ao aparecimento de novas exigências de profissionais.

O processo de industrialização, naquele período, foi muito lento e não foi necessária nenhuma ação do poder público que garantisse uma mão de obra adequada às novas necessidades. Muito pelo contrário, se olharmos os dados referentes à taxa de escolarização e os índices de analfabetismo, veremos que a cidade de Recife e toda a província pernambucana apresentavam uma população com baixa qualificação, mesmo aquela referente ao domínio da leitura e da escrita. Também não podemos deixar de considerar o pequeno quantitativo de escolas primárias que estavam disponíveis à população.

Foi possível constatar a presença de um discurso governamental em defesa de maior investimento em educação, bem como o interesse em construir espaços

⁴ Segundo o censo de 1872 (IBGE, 2009), 82,47% da população pernambucana era analfabeta e na cidade do Recife esse percentual chegava a 53%.

voltados ao processo de instrução profissional. No entanto, constatamos que predominava uma visão de formação profissional como algo voltado aos setores marginalizados socialmente. Não à toa, os espaços de formação profissional terminaram por ser aqueles que abrigavam os órfãos.

A ausência de ações específicas do poder público não pode ser confundida com a inexistência do debate e da aprovação de leis visando à construção de escolas profissionalizantes. Nesse sentido, observamos que, embora não tenha sido colocada em funcionamento no tempo desejado e da forma pensada, houve a aprovação de uma escola industrial, bem como de uma escola agrícola.

Uma das explicações para a inexistência de ações de trabalhadores e do patronato em termos de qualificação profissional pode ser formulada pela constatação de que as atividades econômicas demandantes de mão de obra se vinculavam a uma incipiente industrialização.

As fábricas de pequeno porte voltadas para suprir apenas as necessidades do mercado regional utilizavam instrumentos de trabalho de baixa complexidade e não demandavam qualificação específica para manejá-los.

Em meio a uma pequena diversidade de empregos, constatamos que os critérios estabelecidos para a contratação, em muitos momentos, não se relacionavam diretamente com a atividade a ser desenvolvida. Eles apareciam em meio às exigências, referências relativas ao sexo, à cor, à idade, à conduta moral, deixando claro que, se havia uma cobrança pelo saber fazer, não havia critérios específicos relacionados à profissão demandada.

Na pesquisa, evidenciamos o fato de que, na segunda metade do século XIX, não surgiram cobranças por parte dos patrões de habilidades novas dos trabalhadores. Nem sequer a cobrança do domínio da leitura e da escrita aparece em número expressivo nos anúncios dos jornais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcanti de. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, em 1º de março de 1871. Recife: Typ. de M. F. de F. & Filhos, 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/686/000037.html>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil* 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez; UNICAMP, 1995.

BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora da UFPE, 1996.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 1998.

- CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- CUNHA, Luis Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiro no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2000a.
- _____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP, 2000b.
- DELUIZ, Neise. *Formação do trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1995.
- _____. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro: Ed. SENAC, v. 30, n. 3, p. 73-79, set./dez. 2004.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1 jan. 1850-31 dez. 1888. Microfilmes.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco – 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.
- FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004.
- FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil 3*. Rio de Janeiro: SENAI; DN; DPEA, 1986a.
- _____. *História do ensino industrial no Brasil 4*. Rio de Janeiro: SENAI; DN; DPEA, 1986b.
- FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. *Breve história da formação profissional no Brasil*. São Paulo: CENAFOR, 1984.
- FRANCO, Maria Ciavatta. Qualificação, formação ou educação profissional? Pensando além da semântica. *Contexto e educação*, Ijuí: Editora da UNIJUÍ, n. 51, p. 67-86, jul./set. 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos 3*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Brasil: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtml#>>. Acesso em: 12 mar. 2009.
- KOBER, Cláudia Mattos. *Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro: Ed. SENAC, v. 1, p. 19-29, maio/ago. 1999.
- _____. (Org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

- LIBBY, Douglas Coly; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.
- MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, n. 64, p. 13-49, set. 1998.
- _____. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: Editora da UFPE, 1977.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Victor de. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, de 1º de março de 1852. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1852. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/667>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. *Cadernos SENEB*, Brasília: MEC; São Paulo: Cortez, p. 19-103, 1991.
- _____. Inovação tecnológica e qualificação. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, n. 50, p. 70-92, abr. 1995.
- PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1866. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1866. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/681>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- REIS, Jaime. From banguê to usina: social aspects of growth and modernization in the sugar industry of Pernambuco, Brazil, 1850-1920. In: DUNCAN, Kenneth; RUTLEDGE, Ian (Ed.). *Land and labor in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 369-396.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- REZENDE, Antônio Paulo (Org.). *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1987.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselaine Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, n. 61, p. 21-35, dez. 1997.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos da corte*. Brasília: Plano, 2000.

_____. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife). 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

VITÓRIA, Antônia. Qualificação do trabalhador. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Org.). *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: NETE/UFMG, 2000. p. 272-273.

SOBRE O AUTOR

RAMON DE OLIVEIRA é doutor em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: ramono@elogica.com.br

*Recebido em agosto de 2011
Aprovado em dezembro de 2011*

RAMON DE OLIVEIRA

Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX

Analisam-se as demandas por qualificação profissional de empregadores e trabalhadores do Recife, durante a segunda metade do século XIX. Levantou-se documentação referente aos jornais recifenses da época, documentos de associações patronais na cidade, publicações de organizações de trabalhadores e documentos de governo. Conclui-se que a urbanização recifense não implicou novas exigências de profissionais, embora existisse um discurso governamental em defesa de espaços voltados à instrução profissional. A inexistência de ações de trabalhadores e do patronato voltadas à qualificação profissional pode ser explicada pela incipiente industrialização. Constatou-se que os critérios estabelecidos para a contratação não se relacionavam diretamente com a atividade a ser desenvolvida. As exigências patronais referiam-se ao sexo, à cor, à idade, à conduta moral, indicando que, se havia uma cobrança pelo saber fazer, não havia critérios específicos relacionados à profissão demandada.

Palavras-chave: Recife; qualificação profissional; século XIX.

Demands for professional qualification: Recife, in the second half of the 19th century

This study analyzes the demands for professional qualification from employers and workers in Recife, during the second half of the 19th century. We have compiled documentation related to Recife newspapers of the time; documents of employers' associations in the city, publications of workers' organizations and government documents. We have concluded that the urbanization of Recife did not result in new demands of professionals, although there was a governmental discourse in defense of spaces designed to vocational instruction. The lack of action of workers and employers aimed at vocational qualification can be explained by the incipient industrialization. It was found that the criteria for hiring were not related directly to the activity to be developed. Employers' requirements concerned sex, color, age, moral conduct, indicating that, even if there was a demand for know-how, there were not specific criteria related to profession demanded.

Keywords: Recife; professional qualification; 19th century.

Demandas por cualificación profesional: Recife, segunda mitad del siglo XIX

Se han analizado las demandas por cualificación profesional de jefes y empleados de Recife, durante la segunda mitad del siglo XIX. Se ha buscado documentación concerniente a periódicos de la ciudad en la época, documentos de asociaciones patronales en la ciudad, publicaciones de organizaciones de trabajadores y documentos del gobierno. Se ha concluido que la urbanización de Recife no implicó nuevas exigencias de profesionales, aunque existiera un discurso gubernamental que defendía espacios destinados a la instrucción

profesional. La inexistencia de acciones de trabajadores y del patronato volcadas a la cualificación profesional se puede explicar en base a la incipiente industrialización. Se ha constatado que los criterios definidos para los contratos no se relacionaban directamente con la actividad que se desarrollaría. Las exigencias de los directivos se referían al sexo, al color, a la edad y a la conducta moral, sugiriendo que, si había una demanda respecto al saber hacer, no había criterios específicos relativos a la profesión solicitada.

Palabras clave: Recife; cualificación profesional; siglo XIX.